



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.2, N.2, 2019

A HISTÓRIA E A NARRATIVA SOBRE OS POVOS INDÍGENAS: DOS BASTIDORES AO PALCO

HISTORY AND NARRATIVE ABOUT INDIGENOUS PEOPLE: FROM THE BASTIORS TO
THE STAGE

Bruno Miranda Braga¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma síntese historiográfica da construção da identidade nacional brasileira, e a participação e inserção dos povos indígenas na história. Inicialmente, os índios eram vistos como parte da paisagem tropical da terra brasilis, e como “pessoas em desenvolvimento” que tenderiam a desaparecer. Esse discurso, se cristalizou de modo que ainda hoje há estereótipos com relação a isso. Traçamos uma figuração do preconceituoso século XIX, século no qual se construiu e oficializou uma história para o Brasil, século no qual também a história foi institucionalizada como ciência. Continuando apresentamos como deu-se paulatinamente a participação dos índios na produção dos historiadores, como os indígenas passaram de espectadores a atores principais da sua história. Por fim, apresentamos brevemente a nova história indígena, como atualmente fazemos história indígena no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Indígenas. Historiografia. História Indígena.

ABSTRACT

This article presents a historical synthesis of brazilian national identity construction, and the participation and inclusion of indigenous peoples in history. Initially, the Indians were seen as part of the tropical landscape of terra brasilis, and as "in development" that would tend to disappear. That speech, crystallized so that even today there are stereotypes about it. Draw a figuration of the 19TH century, the century Bigot which built and made a story for Brazil, in which also the story was institutionalized as a science. Continuing present as was gradually the participation of Indians in the production of the historians, as the Indians went from spectators the main actors of your story. Finally, we present briefly the new indigenous history, as currently we do indigenous history in Brazil.

KEYWORDS

Indigenous. Historiography. Indigenous History.

O MUNDO NO SÉCULO XIX, E A CONSTRUÇÃO DOS IMPÉRIOS E DAS IDENTIDADES NACIONAIS

Consolidação, avanço, partilha, alegria, descobertas, encobertas, guerras, expansão, imperialismos, emancipação, capitalismo excessivo, ciência, progresso, geralmente são umas das diferentes marcas que caracterizam o momento êxtase da história humana: o século XIX. Este foi um

período de muitas crenças, onde as diversas nações impulsionadas por forças adversas, construíram seus impérios em territórios do além-mar. Foi um século marcado pela plena consolidação capitalista, marcado pelas melhorias e avanços na produção industrial e fabril iniciadas no XVIII.

As melhores condições em termos de saúde, proporcionaram longevidade aos que nele viveram, e, conseqüentemente, um aumento demográfico, que se aliou a busca por habitação nas cidades, que se agitaram com o aglutinamento de burgueses e operários, apresentando ao público a dualidade que marcará toda a sua extensão temporal. Surgiram a luz elétrica, o telefone, a fotografia e como esta estará presente e servirá de suporte clínico, artístico, cultural e é claro burguês. Surgiram também a lâmpada incandescente, o dirigível, etc., marcando assim o gozo dos enriquecidos de então.

René Rémond afirma que o dezenove foi um dos séculos mais complexos, marcado por quatro correntes¹ que ora se sucedem, ora se combatem, mas, de fato, todas entram em conflito com a ordem estabelecida. Para este autor, o século XIX, se inicia em 1815, com o Congresso de Viena, e se estende até 1914, com a Primeira Guerra Mundial.

A guerra marca o início do século XIX. Estamos vivendo a Era Napoleônica, período em que o Imperador obteve vitórias espetaculares em suas batalhas. E este não esteve só. Procurou se aproximar da Igreja para aumentar suas conquistas, isso fica evidente pela assinatura da Concordata de 1801, na qual o catolicismo tornara-se religião oficial dos franceses, o grande império de então.

Até o primeiro quartel do século XIX, sucessivas revoluções sacodem o Velho Continente. Na França, entre os anos 1830-1832, as ideias liberais assumirão o poder. Com a derrocada de Napoleão, subiu ao trono Luís XVIII. Governou de maneira moderada, mas não conseguiu retornar com o *Ancien Régimè*. Com sua morte, em 1824, seu irmão Carlos X tornou-se o governante. Este era muito “revolucionário” e procurou reestabelecer a antiga ordem, em 1830, com medidas de favorecimento apenas as cortes, o que causou furor nos franceses, levando o rei a abdicação e fuga para a Inglaterra. Esses acontecimentos repercutiram em toda a Europa a ponto de em 1848, se estabelecer a primeira “revolução basicamente global”, a Primavera dos Povos, de 1848.

A inquietação política e nacional foi intensificada pela crise econômica dos dois anos anteriores. Distúrbios causados pela falta de alimentos estouraram em vários lugares. A dizimação da safra de batatas por pragas e das colheitas de grãos pela seca tinha causado terrível escassez de alimentos. Também, uma crise financeira precipitada pela superespeculação tinha provocado falências, desemprego e salários reduzidos. O cidadão comum culpou seus governantes, pela sua miséria e buscou remediação para seus dissabores. Embora as privações econômicas tenham agravado a insatisfação com relação aos regimes existentes, conclui o historiador Jacques Droz, “foi a ausência de liberdade que [...] foi mais

¹Rémond enfatiza em sua concepção quatro grandes correntes que marcaram o século XIX, são: uma ligada aos movimentos liberais; uma segunda constituída pelas “revoluções propriamente democráticas”; uma terceira ligada aos movimentos sociais, que “proporcionam as escolas socialistas seu programa.” Por fim uma que ancora os movimentos sociais. Segundo Rémond, a história do século XIX será dominada por essas quatro forças, combatentes ou sucessoras. Ler mais em RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815-1914*. Trad. de Frederico Pessoa de Barros Versão digitalizada por: Argo. In: <https://www.portaldocriador.org>

profundamente ressentida pelos povos da Europa e os levou a pegar em armas.” (PERRY, 2002. p. 491).

Assim, contra governos opressores e que negligenciavam as situações vivenciadas e subordinadas que estava inserido, o povo uniu-se para sua melhoria de vida, constituindo, em 1848, diversas revoluções que ocorreram em toda a Europa, fato onde posicionará de vez burguesia e proletariado em campos opostos. O historiador Eric J. Hobsbawm, nos diz que,

[...] na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias, a República foi proclamada em 24 de fevereiro. Por volta de 2 de março, a revolução havia ganhado o sudoeste alemão; em 6 de março a Bavária, 11 de março Berlim; 13 de março Viena, e quase imediatamente a Hungria; em 18 de março Milão e, em seguida, a Itália.... Nessa época, o mais rápido serviço acessível a qualquer pessoa (os serviços do banco Rothchild) não podia trazer notícias de Paris e Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez Estados, sem contar as repercussões em um bom número de outros. *Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia.... (A Revolução de 1848) na Europa foi a única a afetar tanto as partes “desenvolvidas” quanto as atrasadas do continente.* Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos bem-sucedida deste tipo de revolução. No breve período de seis meses de sua exploração, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado estava mantendo todas as suas distâncias possíveis em relação à revolução, à qual devia sua própria existência (HOBSBAWM, 2001. p. 30 –grifos meus).

Com os acontecimentos de 1848, quase todas as nações europeias, passaram por uma reformulação política, onde teoricamente, o povo assumiu o poder, bem como o direito de fazer. Na França, por exemplo, foi instaurada a Segunda República com a novidade do sufrágio universal. Surgirá, outrossim, a nacionalidade, ainda ligada a ideia da Revolução Francesa de “vontade nacional” a que se somará mais tarde a ideia exposta pelos interesses imperialistas.

Nos Estados Unidos, se vivera a Guerra de Secessão (1861-1865), já no segundo quartel do XIX, nesse período:

Mais de 600 000 pessoas foram mortas durante a guerra civil. Destas, apenas 200 000 morreram em combate; as outras foram vítimas dos bombardeios ou das epidemias...

O Sul e suas grandes plantações de algodão ficaram em ruínas. Segundo o general nortista Sheridan, “se um urubu voasse do vale de Shenandoah até Hapers Ferry, teria que levar seu almoço”. Isso permitiu o crescimento do cultivo de algodão em outros países, inclusive no norte do Brasil e o comando político dos Estados Unidos passou, definitivamente, para as mãos dos industriais do Norte.

A escravidão dos negros também acabou junto com a guerra, com a aprovação, pelo congresso, da 13.^a emenda à Constituição norte americana.

Mas a discriminação racial não desapareceu de imediato. No Sul, por exemplo, alguns extremistas confederados criaram, após a guerra, a organização racista Ku Klux Klan, que até hoje defende a superioridade dos brancos. Na verdade, ainda seria necessário um século para que as leis norte-americanas garantissem direitos iguais aos negros, em todo o país (CLARK, 2000. p. 29).

De fato, após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos partiram em direção plena no caminho do capitalismo. E a partir dos anos 1870, juntamente com os países industrializados da Europa, trilham os percursos do imperialismo, conquistando política, cultural e economicamente a África, a Ásia, e a América Latina. O expansionismo imperialista foi tão exacerbado, a ponto de ocasionar muitas submissões e subordinações a seus domínios, gerando efetivamente choque de culturas e guerras. Segundo Hobsbawm, essa política criará no século XIX, uma “economia global única”, que em seu fazer:

[...] atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo – uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si ao mundo não desenvolvido [...].
Esses fatos não mudaram a forma nem o caráter dos países industrializados ou em processo de industrialização, embora tivessem criado novos ramos de grandes negócios, cujos destinos ligavam-se intimamente aos de determinadas partes do planeta, como às companhias de petróleo, mas transformaram o resto do mundo (na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíam) em produtores especializados de um ou mais produtos primários de exploração para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes. A Malásia cada vez mais significava borracha e estanho; o Brasil, café; o Chile, nitratos; o Uruguai, carne; Cuba, açúcar e charutos. Na verdade, à exceção dos EUA, mesmo as colônias de povoamento branco fracassaram em sua industrialização (nesta etapa), porque também ficaram presas na gaiola da especialização internacional (HOBSBAWM, 2001. p. 95-96).

Na “Era dos Impérios”, a procura por especialização de produtos, fez as grandes nações usufruírem, até os limites, de suas colônias de exploração, levando a riqueza dessas, para engrandecimento de suas próprias terras, - carecidas desses produtos exportados ou, diversas vezes, contrabandeados.

E quanto ao Brasil? No século XIX, o Brasil passou por três regimes governamentais distintos e permanentes: Colônia, Império República². No século XIX, o Brasil consolidou-se em diferentes esferas, pois, em todo o conturbado oitocentos, ele mudou de capitães gerais, conselheiros, monarcas, reis e príncipes, imperadores, até chegou em presidentes já no decurso do XIX. Foi um país que vivenciou a exploração imperialista, aburguesou-se, enfeitou-se, moldou-se a gostos e práticas estrangeiras mascarando os que aqui já se encontravam. O século XIX é apontado pela historiadora brasileira Mary Del Priori (2011) como sendo um século hipócrita, pois segundo suas análises, a mesma elite que pregara a moral e os bons costumes, era a elite que cometia adultério, que se entregava aos prazeres da carne, mas todo domingo estava na igreja, cedo.

Lilia Moritz (1998) enfatiza que, no Brasil Império, haviam dois elementos emergentes, um era o estado monárquico, outro era a natureza presente no Brasil. Uma das máscaras apontadas pela

²Dos “descobrimientos” em 1500, até 1815, o Brasil foi Colônia portuguesa. Entre 1815 – 1822, com a mudança da corte, e a abertura dos Portos, foi Reino; de 1822- 1889, constituiu-se do momento Imperial, e, de 1889, com a “Proclamação da República”, até nossos dias, o Brasil é República, sendo esta uma mera cronologia didática, pois em história, acreditamos em permanências, que prolongam de diferentes maneiras uma ação, uma postura, ou mesmo um poder.

autora diz respeito às questões da política imperial. As elites regionais apoiaram Dom Pedro visando manter seu poder simbólico, criar a seu modo uma nova monarquia europeia, um “parlamento”, porém, o interesse dessas elites era manter os seus privilégios. Mais tarde, as mesmas elites que o apoiaram, irão derrubá-lo, principalmente pela constituição do poder moderador.

Ao chegar em 1850, novos ritmos irão balançar o mundo. Chegamos ao ápice da nossa aventura de civilização. A segunda parte do XIX, engendra uma força para crenças progressistas. A tríade urbanismo-beleza-modernidade, apresentou, definiu ao mundo novas formas de se mostrar perante a sociedade tudo estará envolvido num grande discurso chamado de saneamento, que segundo o discurso, traria mudanças públicas, enfatizando o bem da população de então.

Os avanços tecnológicos, médicos e sanitários trarão ao mundo outras noções de civilidade de uma alegria que serão expressas nas músicas nas arquiteturas, nas danças, que irão compor o baile de máscaras de uma pequena parcela favorecida, enquanto muitos estarão morrendo de fome, febre e de trabalho. Uns poucos estarão festejando com champanhes e valsas, *soirées* ao melhor estilo *belle époque*. No segundo quartel do século XIX, as nações europeias se lançaram ao mundo com espelho dos costumes, como detentoras da educação e da etiqueta, orgulho e presunção marcaram essa fase. Sendo característico das máscaras de então, o século XIX estará presente até onde ninguém esperava, na vida privada. Michelle Perrot, mostra que a vontade de saber, de ouvir, operara nesse século, o que fazia as pessoas inclusive olharem “*pelo buraco da fechadura*”, multiplicando, assim, “*suas investigações de todo gênero, sobre grupos de indivíduos; torna assim mais urgente a proteção da pessoa*”. (1991. p. 416)

Este século surgirá como maestro, como modelador da postura, das ações das pessoas perante o convívio social, e tentará impor, de uma forma linear, as suas aspirações ao além-mar, seus ideais ultrapassaram a Europa, e esta será a referência de civilidade e de belo, de requinte, pois,

Ocorre por toda parte, em diferentes gerações conforme o meio e o lugar, *opera-se um forte aflorar do indivíduo nas ideias e nos costumes*. O direito de se atrasar em relação aos fatos. *Na prática, as pessoas insurgem-se cada vez mais contra as disciplinas das coletividades e as servidões familiares, expondo sua necessidade de um tempo e um espaço para si*. Dormir sozinho, ler tranquilamente seu livro ou seu jornal, vestir-se como bem entender, ir e vir à vontade, consumir livremente, frequentar e amar quem se deseja... exprimem a busca de um direito à felicidade que pressupõe a escolha do próprio destino. A democracia a legítima, o mercado a atíca, as migrações favorecem. *A cidade, nova fronteira, rompe os constrangimentos familiares ou locais, estimula as ambições, atenua as convicções. Criadora da liberdade, propiciadora de novos prazeres, a cidade, com tanta frequência uma cruel madrasta, fascina a despeito das diatribes dos moralistas. Paradoxal, engendra por sua vez multidões de indivíduos solitários. É a mãe de rupturas e acontecimentos* (Idem, 1991, p. 416 – grifos meus).

As sociabilidades no XIX são ao mesmo tempo afloradas e inibidas, pois o novo cidadão, ao contrário dos camponeses, tem postura disciplinada. Viver nas cidades tornara-se um viver retraído, agradável aos olhares de outrem e a cidade será o palco do grande baile de máscaras, pois nela se dará

muitas rupturas a partir de acontecimentos. Porém, serão muitas as formas de enquadramento nesse viver contido. Surgirão em diferentes lugares, em diferentes realidades, uma multiplicidade de ações que caracterizarão também o XIX, como século do resistir. Assim, as cidades tentarão repelir quem não se enquadrar em seus códigos, em suas ambições. Haverá uma limpeza, uma higienização do espaço público durante todo o segundo quartel do século, mascarando muitas facetas do cotidiano citadino, mas apresentando a complexidade do urbano. Para as elites, em se tratando do povo, atrelam o sentido de higiene à aparência! A procura por estar sempre alinhado, limpo perante a sociedade, mascarava as reações e sentimentos de muitos, outrora.

O Brasil, não estará alheio a essa inversão e extensão dos modos, uma vez que,

Paralelamente a vinda dos europeus, assistiremos, principalmente durante a segunda metade do século XIX, a uma migração de costumes. Em todos os aspectos do cotidiano brasileiro procurou-se imprimir a marca europeia. No café da manhã por exemplo, o pão ‘francês’ substitui a mandioca cozida, enquanto, no almoço, a cerveja começa a ser registrada, e, na sobremesa, os sorvetes disputam palmo a palmo, com centenários doces, cujas receitas foram transmitidas de geração a geração nas fazendas açucareiras coloniais. As formas de tratamento também não ficaram imunes a essas mudanças: expressões tradicionais, portuguesas ou resultados da influência africana, como *dona*, *sinhá* ou *yayá*, dão lugar a denominações afrancesadas, tipo *mademoiselle* ou mais popularmente, *madame*. No vestuário, apesar do clima tropical, adotam-se a lã e o veludo como padrão, em roupas sobrepostas, como no caso das saias compostas de três camadas de panos. As cores vivas, comuns a essas roupas e aos objetos de uso diário colonial, também tendem a ser substituídas pela sisuda e puritana cor preta – quase luto fechado, conforme sublinha Gilberto Freyre. [...] (DEL PRIORI e VENÂNCIO, 2001. p. 229 – grifos meus).

Essa era a grande ideia do XIX, unificar barreiras, enquadrar todos nos mesmos pressupostos, tendo como exemplo de civilização e cultura a Europa, esplendor das nações. No Império Brasileiro, haverá uma luta perene para estabelecer a modernização em todo o território, surgirão leis que estimulem o cidadão a se tornar hábil e aparente ao convívio social (uma delas é o Regimento de 1845, sobre as missões de catequese e civilização de índios que será discutida adiante). Apresentar ao mundo uma nação civilizada e engrandecida era positivo, pois ninguém queria ser classificado como selvagem, bruto ou sem educação. Assim, o Brasil, também estará mascarado por um discurso onde a maioria da população local não se fará presente no discurso oficial, mas estará atuando e plenamente viva. Nesta centraremos nosso trabalho.

A partir da discussão apresentada, queremos aludir e situar que durante o século XIX, na construção das identidades nacionais, o indígena foi ofuscado, criou-se um emblema de civilização no qual tudo que diferenciava da cultura europeia e branca era considerado “incivil” ou selvagem. Nesse sentido, na história oficial³ os índios não figuraram na história, e, quando eram apresentados

³Consideramos história oficial aquela que parte da premissa de um postulado de um poder. É uma forma de escrita da história que enfatiza os grandes e seus feitos, suas atuações magníficas no correr do tempo. No século XIX, a história era de elite, para a elite, e isso não incluía grupos subalternos como indígenas, negros, trabalhadores, mulheres e toda uma gama de personagens que foram silenciados da história de então.

eram como seres apáticos e passivos que um belo dia pela ação do branco civilizador “deixariam de ser índios”, mas tudo isso era um discurso, no qual os historiadores e os poderes de então, propagavam as grandezas e avanços da nação, aos índios então era relegado o estatuto de “parte da paisagem” eram pessoas “em desenvolvimento”, tudo isso mascarado por uma forte fala de boa vida e alegria. Logo, nesse conturbado baile de máscaras, que de todos os lados, tentará ofuscar os vestígios de sua atuação e de seu protagonismo, os indígenas estavam atuando mesmo que contra os poderes e as leis de então. Portanto, consideramos os índios como protagonistas de sua história, em meio ao discurso etnocêntrico e porque não, opressor dos civilizados do século XIX. Queremos mostrar que o índio “resiste”! E sua resistência durante certo tempo também foi ignorada pela historiografia, como veremos a seguir.

É PRECISO MOSTRAR A VISÃO DA PRAIA PARA O MAR: OS ÍNDIOS COMO AGENTES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Ao longo da produção da escrita da história, diversas formas de narrar foram obtidas, criadas e postas em uso/desuso. Inicialmente voltada para uma análise dos feitos dos homens, a história passou uma longa fase de sua produção enfatizando as atitudes grandiosas, que destacava certos homens, enaltecendo esses homens e seus feitos, destacando aquilo que se via ou se ouvia, era uma descrição de fatos e nomes. Eram poucos os que figuravam nos anais de então. O rol de nomes era limitado, levando alguns a afirmarem apenas uma sincronia de fatos no tempo, ou a entrada e saída de diversas dinastias, que atuaram em determinados momentos.

Em 1929, surge o movimento francês da Escola dos *Annales*, sendo Marc Bloch e Lucien Febvre, seus fundadores. Com Bloch e Febvre, a História se tornará a “*ciência dos homens no tempo.*” (BLOCH, 2001. p. 55) A história tenderia a se afastar de todo domínio dos historiadores anteriores⁴ a *Annales*, que a partir de então passaram a identificar nos fazeres dos homens a construção de seu discurso historiográfico.

Em *Annales*, vislumbramos o novo ofício do historiador, que não é o de erigir como juiz do passado, porém o de “*saber falar, no mesmo tom aos doutos e aos escolares.*” (IDEM, 2001. p. 41)

Porém, voltemos um pouco mais para analisar a inserção do índio na historiografia brasileira. A Historiografia brasileira surge vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB,

⁴Entendemos que *Annales* foi uma reação à Escola Rankeana, que seguia a proposta analítica que pretendiam “*narrar o fato tal como ocorreu.*” Para Ranke e seus seguidores, o documento era encarado como fato conciso, como prova irrefutável de que algo havia realmente ocorrido. Muitos proclamam *Annales* como uma oposição ao Positivismo, porém, *Annales*, foi uma reação aos rankeanos, o próprio Bloch, evidencia em seus textos certa postura positivista. Ele acreditava no progresso pela ciência, nas felicidades futuras com esse progresso!

que pretendia criar uma oficialidade histórica para o Império nascente. Surgiu então o “*Heródoto do Brasil*”⁵, Francisco Adolfo de Varnhagen, na segunda parte do oitocentos:

Foi somente nos anos 1850, com Varnhagen, que surgiu a obra de história do Brasil independente mais completa, confiável, documentada, crítica, com posições explícitas: a *História geral do Brasil*, [...] refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava. A *História geral do Brasil* foi possível porque as condições históricas do Brasil, o processo de independência política e a constituição do Estado nacional amadureceram nos anos 1850. E foi no interior desse processo histórico que ocorreu a outra condição favorável ao surgimento da obra de Varnhagen: a institucionalização da reflexão e da pesquisa históricas no IHGB. A independência política consolidada, e reprimidas as lutas internas geradas por ela, o Brasil possuía um perfil do qual ainda não tomara conhecimento. Nos anos 1850, Varnhagen desenhará o Perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro (REIS, 2007. p. 23).

Mais um dos feitos do século XIX, o IHGB, procurou dar uma história para o Brasil, uma história grandiosa, Varnhagen assumirá a incumbência de escrevê-la, mostrando sua visão para os habitantes da *Terra Brasilis*. Quem o patrocinou foi o próprio imperador, pois ele precisava de historiadores, para “legitimar-se no poder.” (GUIMARÃES, 1988) E nada melhor do que um historiador para perpetuar seus grandes feitos no tempo, enaltecendo sua gestão e depreciando a fase anterior a seu mandato.

A história descrita por Varnhagen destacou e elogiou a colonização portuguesa. Para ele, a nação só cresceria e se firmaria graças ao povoamento luso, que, com enorme precisão, ergueram um império nos trópicos que era habitado por pessoas em formação.⁶ Os indígenas em sua descrição, eram mostrados como selvagens, bárbaros, insolentes, hostis. Eram seres estapafúrdios, que compunham a paisagem exótica do país tropical. O interessante é que, segundo seus números, eram uma população grande, na verdade, mesmo descrevendo a natureza selvagem e indígena do país, Varnhagen mantém,

O olhar do colonizador português. Ele inicia a corrente de interpretação do Brasil que articulará os sentimentos e interesses dos “descobridores do Brasil”. Ele *reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador*. O vencedor tem todos os direitos. *Vencedor, o português impôs a sua superioridade étnica, cultural e religiosa. Aliás, se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior*. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico! A vitória confirma uma superioridade presumida. E, se na luta colonial os brancos venceram, a jovem nação quer ser também vencedora e se identificar étnica, social, e culturalmente com o branco (REIS, 2007, p.p.33, 34 – grifos meus).

⁵A expressão é de José Carlos Reis, presente em: REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil I: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.23.

⁶Uma das crenças do século XIX, era que os índios estavam num estágio anterior da civilização, estavam em formação, pois ainda não haviam chegado na civilidade. Eram vistos como primitivos. Crença típica do XIX, assim, os índios do Brasil, eram vistos como pessoas que ainda não haviam passado pelo processo progressivo que adivinha com a civilização portuguesa, branca naquele momento.

Assim, podemos vislumbrar que, com Varnhagen, o Brasil passou a assumir com gosto a colonização lusa! Ser brasileiro então não seria ser algo selvagem. O brasileiro, era descendente de portugueses, possuía um passado histórico feito por lutas e vitórias dos portugueses, quanto aos índios esses eram parte da paisagem. Varnhagen não demonstra emoção nem aspiração aos “primeiros habitantes do Brasil”, seria algo que passaria logo, à medida que se estabeleciam as práticas europeias como práticas corretas. Logo foi Varnhagen que:

Trouxe a civilização europeia superior – a lei, o rei, a fé, a razão. Os brancos são portadores de tudo aquilo de que uma nação precisa para se constituir soberanamente. *Aos vencidos, resta a exclusão, a escravidão, a repressão e a assimilação pela miscigenação, isto é, pelo branqueamento racial e cultural.* A conquista portuguesa foi feita com guerra e sangue. Então vitoriosos os portugueses, *as terras indígenas serão legitimamente portuguesas* (IDEM, p. 34 – grifos meus).

Mas esse foi o discurso da história proferido e descrito por Varnhagen que, em sua narrativa, enalteceu o olhar e a atuação do além mar. Mantinha sua visão apenas voltada do mar para a praia, ou seja, dos portugueses, do colonizador sobre os índios, que foram apresentados como vencidos e sem atitude. Essa visão perdurou por muitos anos e, em diversas narrativas se mantêm presente até a atualidade. Por exemplo, nos anos 1930, Gilberto Freyre fez algo parecido, classificado como “reelogio a colonização portuguesa”, ao apresentar as visões e sociabilidades da Casa Grande & Senzala, a partir dos brancos. Embora em seu trabalho já se faça presente os negros, sua visão ainda parte da Casa Grande para a senzala, ou seja, é uma visão do colonizador para o colonizado, do mar para a praia.

Nos anos 1900, aparecerá na historiografia um emblema para a visão hegemônica da colonização portuguesa. Com a escrita da história feita por Capistrano de Abreu o discurso das três raças, que foi introduzido no Brasil pela escrita de Von Martius,⁷ apresentará o grande dilema da ciranda étnica brasileira. Por essa ótica, as três raças atuaram, na formação do país. Capistrano de Abreu, será o “Heródoto do povo brasileiro”, este nasceu em uma Casa Grande, conviveu proximamente dos escravos. Ao contrário de Varnhagen, que foi patrocinado pela Monarquia, Capistrano é livre. Escreveu sem receber ônus de ninguém. É claro que entre a escrita de Varnhagen e a de Capistrano, passaram-se anos de produção e inovação/renovação historiográfica. José Carlos

⁷A monografia de Von Martius “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, estabelecida no ano de 1845, aparece inserida numa preocupação com uma história que tomasse a ideia de um passado nacional, comum a todos os “brasileiros”, que teve início com o surgimento político do Brasil independente. Sua contribuição foi tão importante para o conhecimento da flora brasileira. No ensaio de 1844, Martius postula a necessidade de o historiador explicar a participação de cada uma das três ‘raças’ – “*a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica*” – que contribuíram para formação do país, recém independente, em outras palavras, *pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua “indole innata”, segundo as circunstâncias debaixo das quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular.*

Reis afirma que Capistrano era teoricamente confuso! De fato, em sua narrativa percebemos teorias dissonantes presentes. Há um pouco do Historicismo de Rank, um pouco de positivismo, um pouco de novidade, etc., o que tornou Capistrano um “mito da historiografia brasileira.”

Capistrano, coloca de fato, em sua narrativa, a presença das três raças que se cristalizaram como sendo as três raças originárias do povo brasileiro. O que de fato constitui apenas um discurso idílico onde o país é descrito como encontro de raças, culturas e valores que se entrelaçam pacificamente no discurso da miscigenação, onde a raça indígena, a raça negra, e a raça branca, formam as características físicas, políticas, culturais, do Brasil, o que fato não é verossímil se pensarmos que apenas a raça branca era ouvida, apenas seus valores cristãos e culturais foram considerados como civilizados e se oficializaram, criaram assim uma “ilusão das relações raciais.”⁸

Na descrição de Capistrano, há uma inversão de perspectiva. Ele escreve olhando da praia para o mar, dando ao índio a propriedade da terra Brasil, pois eles já estavam aqui. Ao seu discurso, são incorporados outros dois elementos exóticos e alienígenas, são os de fora que foram trazidos ou que vieram para cá: os portugueses e os negros. Com a mestiçagem das três raças, surgirá o brasileiro, e, o Brasil, foi “redescoberto”⁹. Embora ainda existam características próximas a narrativa feita por Varnhagen, essencialmente nos nomes e datas, e na exaltação lusa, Capistrano se distancia deste ao propor que o,

[...] “sujeito da história do Brasil não é mais o europeu branco, cristão e súdito do rei, mas o brasileiro mestiço ainda cristão, mas sem uma expressão política clara; não faz uma história da constituição da identidade brasileira em moldes europeus, mas busca as identidades brasileiras no interior, no sertão e nas rebeliões. Finalmente, o abismo que os separa está na concepção do tempo histórico do Brasil. [...] (REIS, 2007, p. 112).

Seguindo o percurso da historiografia brasileira acerca dos índios e sua inserção nela, nos anos 1930, haverá a “superação das raízes ibéricas” com a narrativa proposta por Sérgio Buarque de Holanda. Aqui, já estamos no primeiro quartel do século XX, muitas coisas estão sacudindo o Brasil, levando os intelectuais a “decifrem o enigma do Brasil”. Com o Estado Novo, recém-saído da Revolução de 1930, Getúlio Vargas passa a destacar a educação, e, passam a surgir as “verdadeiras universidades”, segundo Boris Fausto (2007), nascem em 1934 a Universidade de São Paulo – USP, em 1935 a Universidade do Distrito Federal; bem como acontece o Movimento da Escola Nova, lançado em março de 1933. Com isso, a História sai das garras do IHGB e passa a ser disciplina nas universidades, que, sob sua influência, “*se aproxima das ciências sociais, querendo pesquisar a*

⁸A expressão é do antropólogo brasileiro Roberto DaMatta. In: DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, versão digitalizada, disponível em: <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>.

⁹A expressão é de José Carlos Reis, para apresentar um novo olhar, onde o brasileiro é mostrado pela combinação das três raças, e, não apenas pela supremacia da raça branca como propunham Varnhagen ou Gilberto Freyre.

realidade brasileira.” A cidade, com crescente urbanização, passa a ser o palco de tais acontecimentos¹⁰.

Se durante o século XIX, a realidade social excluía e o pensamento a legitimava, agora a realidade continuava excluindo, mas sem a legitimação cúmplice do pensamento brasileiro. Este passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira no futuro. O Brasil não teria futuro excluindo a sua própria população do gozo dos direitos da cidadania [...] (IDEM, 2007, p.118).

Essa inclusão dos demais artífices da sociedade brasileira, caracteriza o nacionalismo Varguista. Trazer o verdadeiro brasileiro era imperativo para de fato o Brasil, ser Brasil. Reis salienta que esse processo de redescobrimto, implica uma reconstrução do Brasil pela sua própria população, e está se dará pela “revolução brasileira.” Sérgio Buarque segue os passos de Capistrano de Abreu.

Pela análise da narrativa historiográfica, vemos que o povo entra em cena na Historiografia moderna, ainda no século XIX. É com Jules Michelet que o povo se figura como “*a pedra filosofal de sua narrativa historiográfica e do sentido que extrai dela.*” (DOSSE, 2012. p. 121) Era imperativo que para romper com a tradição cronística da história do Brasil, o povo brasileiro entrasse como personagem central, e atuante na construção de sua história. Para que isso aconteça, Sérgio Buarque, propôs um rompimento, uma recusa das raízes ibéricas, que ao serem cortadas, o Brasil se esquece do passado português.

Apresentamos brevemente como foi a introdução da Historiografia no Brasil, percebemos que desde o princípio, o índio esteve presente nos meios debatidos pelos historiadores. Porém, ao longo dos anos a forma de olhar para o índio no tempo foi modificada, pois, “*o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa. [...]*” (BLOCH, 2001. p. 75) assim, o que se mudou não foi o passado, mas a narração, e continua mudando incessantemente, como nos diz Bloch.

De toda a produção historiográfica do século XX, uma merece destaque e especial ponderação para esta dissertação. Com a Escola dos *Annales*, corrente Francesa de historiografia, vivenciamos uma renovação modificando todo o modo de traduzir os feitos da humanidade. A partir de *Annales*, o homem assume o lugar de destaque na História, mas que homem? O homem comum, esquecido nos

¹⁰As historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, discorrem sobre as décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Tais autoras nos mostram que 1920 foi um período de profundas transformações no Brasil, desencadeados sobretudo pelas eleições presidenciais de 1922. A economia vivia altos e baixos. O importante é mostrar que tais autoras notam que a partir da década de 1920 tudo passa a acontecer nas cidades. Esta se torna palco de grandes manifestações como: a Semana de 22, a Criação do Partido Comunista, o Movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, bem como as comemorações do Centenário da Independência. Ler mais em: FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, e FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: o Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

anais oficiais e celebrativos, o homem que resiste silenciosamente as visíveis opressões do cotidiano, o homem que se faz ser ouvido por meio de táticas.

De fato, cresce no Brasil uma Nova História Indígena, onde os índios são agentes de sua história, são sujeitos não apenas vítimas como propunham anteriormente. São trabalhos de historiadores, antropólogos, e outros cientistas sociais que apresentam o índio num cenário no qual antes, eles eram invisíveis. Tudo isso não surgiu do descobrimento de novas fontes de novos documentos, e,

Principalmente de novas interpretações fundamentadas em teorias e conceitos reformulados. Em outras palavras, um mesmo documento pode revelar realidades bem diversas, conforme as referências teóricas e conceituais que embalassem as interpretações dos investigadores. Essas novas interpretações tornam-se possíveis quando historiadores e antropólogos começaram a dialogar e a trocar experiências a respeito de seus temas e ferramentas de trabalho – as teorias, os conceitos e os métodos – com os quais analisam seus objetos de estudo (ALMEIDA, 2010, p. 10).

A NOVA HISTÓRIA INDÍGENA: ELES TAMBÉM ESTAVAM AQUI

Se em tempos passados aos índios foi relegado um silenciamento na produção da escrita da história, no século XX, com a feliz união entre história e antropologia, eles passaram a ser destaque da crescente produção científica a respeito de sua trajetória e história. Com a sensibilidade antropológica e uma leitura mais aguçada das fontes, historiadores tem revelado um passado do Brasil por outras lentes, sendo que agora, a visão se inverte, no qual a presença e atuação são marcas de sua história.

Anteriormente, como apresentamos, a história celebrava os grandes e seus feitos. Aos índios brasileiros, das conquistas e colonização, até bem recente, foi dado um lugar de apatia, de figurante na historiografia.

Nos primórdios da escrita e transcrição de fatos da história do Brasil, os índios eram apontados como parte da paisagem; no processo de colonização e expansão territorial, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, os índios anteriormente eram pouco introduzidos nas crônicas e relatos sobre a terra brasilis. Quando apareciam eram como inimigos, ou aliados no processo, ou como bárbaros e empecilhos a civilização. Para figurarmos isso, basta verificarmos ainda hoje um livro didático de História, do ensino básico: após o processo de colonização os indígenas somem do livro; assim, se criara no Brasil o discurso de que o “índio pertence ao passado” não “evoluiu” no tempo. E isso ainda hoje configura um discurso didático, aí surgem os preconceitos.

Inicialmente, a História Indígena, classificava seus sujeitos históricos como vítimas. Coisa que a História do Indigenismo também confundiu. Segundo Manuela Carneiro, a História do Indigenismo é indissociável da História Indígena, simplesmente contempla mais atores. Porquê? Historiadores possuem um grande problema em seu ofício, que é o problema ligado as fontes de

pesquisa.¹¹Esse problema, faz com que muitos personagens passem sem ser ouvidos em nossa produção historiográfica. Mas o historiador da História Indígena, deve saber ler os silêncios! Logo, pela dificuldade de dar vozes ao sujeitos envolvidos, a História Indígena, trabalha com uma escrita a partir dos outros! Os indígenas, nos séculos passados, até o XX, eram em sua maior parte culturas ágrafas, culturas com a tradição da oralidade, que perpetuavam suas histórias e acontecimentos pela transmissão de geração a geração. Ao fazermos a história indígena hoje, fazemos uma leitura aguçada das fontes e nas escritas de outros, colhemos a atuação e o protagonismo indígena, seus saberes e fazeres a partir da perspectiva de outros.

O Indigenismo, entretanto, apresenta-nos uma visão de um grupo de sujeitos envolvidos. Ao trabalhar com legislações, ele nos apresenta todo o cenário na qual o Índio foi/estava inserido em determinado momento histórico.

John Monteiro (1999), nos diz que apresentar as experiências, vivências, e estratégias indígenas com uma sensibilidade antropológica, é fazer nova História Indígena! Essa Nova História Indígena, vinculada a Nova História Cultural, tece sua análise a partir da visão e aceitação do índio como agente construtor e operador de sua história!

Portanto, o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia, mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro. Há desde longe, um binômio clássico que opõe um tipo de índio resistente a um outro tipo de índio colaborador[...] (MONTEIRO,1999, p. 239).

E reconstruir essa visão é trabalhoso haja vista que já se oficializara uma história na qual os índios não foram ouvidos e, excluídos. Ou seja, requer uma revisão de valores e isso começa pelo ensino de História. Quando o já citado Adolfo de Varnhagen disse que “para os índios não há história, apenas etnografia”, ainda no século XIX, criou-se a ideia que os povos indígenas tenderiam a desaparecer pois a civilização e o contato com as culturas exteriores os fariam se afastarem da barbárie em que estavam. Os indígenas eram vistos como um organismo a parte, um ser “em desenvolvimento” algo que iria sumir. E essa noção dos índios em processo, ainda é aceito por diversas esferas da sociedade.

Houve durante muito tempo, com relação aos estudos sobre os indígenas um dualismo e uma celeuma entre historiadores e antropólogos. Antropologia X História ou uma História Antropológica?, foi uma discussão acadêmica que fez alavancar os estudos sobre os povos indígenas no Brasil. O que

¹¹Fontes são todos os vestígios que amparam o historiador a escrever seu relato do passado. Imagens, jornais e periódicos, documentos de estado, diários pessoais, correspondências, entre outros, ajudam no processo de figurar o passado. As fontes históricas foram durante muito tempo consideradas provas de que algo aconteceu. Porém, hoje, as fontes mostram apenas uma das diferentes visões e versões do passado. O passado é um dado que nada mudará, o que se muda é a narração desse passado. E, na história indígena recente, o passado é apresentado pela perspectiva dos indígenas, ou seja, é a sua versão do vivido.

acontece é que há diferenças entre os métodos das duas ciências em descrever e narrar a história indígena, onde, o estudo antropológico é sincrônico. Já o histórico é diacrônico, nele vemos o movimento que se dá no tempo como categoria analítica.

Fazer História é estar aberto a um campo de possibilidades! Fazer uma Nova História Indígena, é os colocar no lugar de protagonista, tirá-los de vez dos bastidores, e colocá-los no palco. O protagonismo indígena, deve vir dos índios! Os índios não estão se organizando, sempre foram organizados, porém, o branco nunca percebeu essa organização.

O sociólogo Norbert Elias (1999) disserta sobre a etimologia dos termos civilizado e incivil. Para este autor, essas palavras são conceitos que conhecem a mudança de forma estática e grosseira, uma vez que formam uma ideia oposta no decorrer do tempo, como bem e mal, porém, acabam representando “fases de um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua”. O que o autor quer dizer é que esses termos assumem a expressão de emoções que tomaram sentido diferente, (no caso do incivil) ou permanecem no sentido que julgamos ser correto, para civilizado. Assim, ao tentar impor a civilização aos índios, a modernidade possivelmente levou os índios a se apropriarem de costumes estrangeiros como, andar de calçados, vestidos, até a sua moradia foi modificada, porém eles aqui permaneceram, e suas práticas culturais bem como sua lógica organizadora permaneceu visível.

O poder público, bem como os jornais, dos séculos anteriores, pregava um *status quo* preconceituoso. Apresentavam os índios como entrave ao desenvolvimento, como algo palpável, manipulável que estava “em processo de amadurecimento humano”, apresenta o índio como incivil, logo, se difundia uma visão na qual o índio era acima de tudo uma ameaça urbana, algo que “poluía” o belo.¹²

Maria Regina Celestino de Almeida (2010. p. 159), afirma que no oitocentos,

A história construída no século XIX apagou a história e as identidades de inúmeros povos indígenas que ainda habitavam seus territórios e reivindicavam direitos. Visivelmente presentes na sociedade imperial do oitocentos, esses índios não foram ouvidos pelos historiadores voltados para outros interesses, o que culminou com a construção de uma história que os excluía, enquanto valorizava índios desaparecidos (ALMEIDA, 2010, p. 159).

Aí repousa uma grande dificuldade de se fazer história indígena sobre o século XIX, trata-se de um processo de escrita na qual você quase não tem em que se embasar. É uma história que ainda está sendo escrita, pois estudar o XIX destacando a presença e atuação indígena é novidade em meios

¹²Essa visão ainda está bastante presente no Brasil. Hoje a mídia propaga uma visão na qual o indígena é um entrava ao progresso, ao desenvolvimento do país. O exemplo clássico disso é no tocante a construção de usinas hidrelétricas. Sempre se propaga a visão do índio que quer “impedir a todo custo” a construção das usinas. Não se expõe as razões da luta daqueles índios, não se mostra o porquê ele reivindica, sempre parte do discurso de que eles estão ali “atrapalhando” o progresso e o desenvolvimento da obra.

acadêmicos do Brasil, é um trabalho de “reconstrução de algo que nunca foi construído”, que é a perspectiva e presença dos índios na história.

Assim, entendemos acima de tudo os índios como sujeitos! A nova história indígena procura ver nos documentos as estratégias, os saberes, a resistência indígena, abandonando a ideia de vitimação e exotismo ligadas aos índios, embora algumas fontes apontem para esse cunho, especialmente algumas iconografias que tomamos por análise. Tentamos levar em conta acima de tudo, o sujeitismo do índio. Entendemos assim, que, a construção da imagem do índio na história, segue a lógica de seu tempo.

No Brasil do XIX, não existia uma democracia, mas uma hierarquia. Com Von Martius, surge o mito da democracia racial na qual as três raças vivam em consonância na *terra brasilis*, e ambas ajudaram em sua constituição. Mas a intenção geral era formar uma nação branca, alva, onde a história era da elite e para a elite, excluindo assim aqueles que não faziam parte desse núcleo social. Levando a crer que as cidades desse período fossem todas uníssonas e majoritariamente constituídas por uma elite branca.

Muito se perpetuou na imagem acerca dos índios no Brasil, a figura do “bruto, selvagem”; um ser humano diferente, “sem civilização e cultura”, resistente. Marilene Corrêa (2014), afirma que a resistência indígena era uma forma de oposição aos valores vindos com a modernização, uma vez que, assim como na colonização, as lutas pelas terras, pela liberdade e pela segurança resumem-se pela “defesa do modo de ser do indígena, pela vigência de seus elementos culturais e pela independência de suas organizações societárias”:

[...] Os conflitos entre índios e brancos não eram produtos da selvageria guerreira inato do nativo, mas das condições em que se apresentavam na submissão política, na escravidão e na inferioridade racial do índio, sustentados esses fundamentos pela expropriação do espaço físico, e pela negação das diferenças de nacionalidades dos povos indígenas. A resistência maior ou menor das Nações Indígenas, por sua vez, dependia também do grau de expansão física e cultural dos seus domínios na região amazônica [...] (SILVA, 2014. p.p. 175 e 176 – grifos meus).

Assim, visualizamos as razões pela qual deram-se as resistências e lutas indígenas, uma vez que o índio luta para se defender e manter-se não soberano, porém seguro e feliz em sua prática social. O índio resiste para preservar seus costumes que ao seu modo de fazer, eram por definição o correto a seu bem-estar. Devemos ter em mente que nos séculos seguintes a colonização, não era mais luta armada, ou era em algumas situações, porém, há uma “arte de fazer¹³, ou uma invenção do cotidiano”,

¹³Artes de fazer é uma teoria do historiador francês Michel de Certeau. Na sua leitura do cotidiano, de Certeau apresentou como agem as minorias na lógica do poder dominante: atuam com táticas. A tática é a arte do fraco. Tratasse de um logro na qual os silenciados atuam na área do postulado de um poder, mas, com fins diferentes. A tática no conjunto da escrita da história indígena ajuda a evidenciar em que proporções os mesmos atuavam, muitas das vezes sobre a guarda de outrem. Destaco que os indígenas tinham consciência de seus atos, e “dançavam conforme a música”, mas com fins peculiares, diferentes de quem ditava a ordem. Isso, é uma das mais perfeitas formas de resistir.

pois os indígenas resignificaram a seu modo, as ações dos brancos, sem luta, sem guerra, mas com adaptações, resistências singulares a seu modo de agir na lógica do poder dominante, pois no viver do branco:

Muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. *Os indígenas as subvertiam*, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os “assimilava” exteriormente; *seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar, a esse poder escapavam sem deixá-lo.* (CERTEAU, 2012. p. 29-40 – grifos meus).

A resistência e luta indígena por bastante tempo no Brasil se deu assim como nos afirma Certeau, eles escapavam do poder, sem deixá-lo, atuam na lógica do poder, porém a seu modo. Ou seja, o indígena não lançou mão de sua cultura, porém, utilizou, ou melhor, reutilizou a cultura do dominante a seu favor. Podemos exemplificar da seguinte maneira: a religião oficial era a Católica, esta promove uma procissão em honra a algum santo. Todos são obrigados a comparecerem. A cultura indígena tinha suas divindades próprias, e sua religião também, porém vão na procissão. Ao estarem na procissão, estão se submetendo ao poder dominante. Mas, lá, na procissão, eles estão rezando ou agradecendo não para o santo católico, porém para alguma de suas divindades. Assim, estão agindo na lógica do poder dominante, por isso no cotidiano é que elaboram as práticas sociais, no caso dos índios, para garantir sua sobrevivência e aceitação, é uma resistência.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1 – Artes de Fazer*. 19ª ed. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CLARK, P. *A Guerra de Secessão dos Estados Unidos*. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Introdução a uma História Indígena*. In: ____ (orga.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, versão digitalizada, disponível em: <http://groups-beta.google.com/group/digitalsource>.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. *O Livro de Ouro da História do Brasil: Do Descobrimento à Globalização*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DEL PRIORI, Mary. *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DOSSE, François. *A História*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. 1ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo – UNESP, 2012.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*, volume 01. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, e FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: o Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, M. L. S. *Nação e civilização nos trópicos*. O IHGB e o projeto de uma história nacional. In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice (1), 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de JANEIRO: Paz e Terra, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. *Armas e Armadilhas: História e Resistência dos Índios*. In: NOVAES, Adauto. (Org.) *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PERROT, Michelle. Bastidores (Apresentação do Capítulo). In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada 4, da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERRY, M. *et al. A civilização Ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RÉMOND, René. *O Século XIX: 1815-1914*. Trad. de Frederico Pessoa de Barros Versão digitalizada por: Argo. In: <https://www.portaldocriador.org>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SILVA, Marilene Corrêa da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/ UNNORTE, 2014.

Recebido em: 20 de Maio de 2019

Aceito em: 25 de Julho de 2019

¹Doutorando em História Social no Programa de Estudos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas–UFAM. Especialista em Gestão e Produção Cultural (UEA, 2018), licenciado em História (UNINORTE, 2013) e em Geografia (UEA, 2017). E-mail: brunomirandahistor@hotmail.com